

ANEXO IV  
À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA MAQUIRA INDÚSTRIA DE  
PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO**

DA  
**MAQUIRA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.**

CNPJ/ME nº 05.823.205/0001-90  
NIRE 4130029452-6

**CAPÍTULO I**  
**NOME, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** MAQUIRA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo disposto no presente Estatuto Social ("Estatuto Social"), pelo Acordo de Acionistas celebrado em 03 de agosto de 2016, conforme alterado, arquivado na sua sede ("Acordo de Acionistas") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações").

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Avenida Melvin Jones, 773-A/B, Parque Industrial Bandeiras, CEP 87070-030. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a exploração do ramo de indústria e comércio de instrumentos e utensílios para usos médicos, cirúrgicos, odontológicos e de laboratórios, bem como a importação e exportação de referidos instrumentos e utensílios.

**Artigo 4º.** A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

**CAPÍTULO II**  
**CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de

R\$ 26.276.319,14 (vinte e seis milhões, duzentos e setenta e seis mil, trezentos e dezenove Reais e quatorze centavos), dividido em (a) 44.823 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; (b) 278 ações preferenciais nominativas classe A, sem valor nominal e com prioridade no recebimento de dividendos fixos cumulativos; e (c) 353 ações preferenciais nominativas classe B, sem valor nominal e com prioridade no recebimento de dividendos fixos cumulativos.

*Parágrafo 1º.* O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma deste Estatuto Social, por meio de deliberação do Conselho de Administração, em até R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais).

*Parágrafo 2º.* Nos termos do Parágrafo 1º acima, o Conselho de Administração estabelecerá o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de pagamento.

*Parágrafo 3º.* A Companhia poderá, dentro do limite do capital social autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, emitir bônus de subscrição e outorgar opções de compra ou subscrição de ações da Companhia de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

*Parágrafo 4º.* Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

*Parágrafo 5º.* Observada a prioridade na distribuição de dividendos prioritários na forma prevista nos parágrafos abaixo, conferida aos acionistas titulares de ações preferenciais, as ações ordinárias conferirão aos seus titulares o direito de receber, em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações, parcela do lucro líquido ajustado do exercício e das reservas de lucros que for declarada como dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Caso em determinado exercício a Companhia não tenha saldo suficiente nas contas de lucros e/ou reservas para pagar os dividendos prioritários devidos às ações preferenciais classe A e classe B, os lucros apurados, ainda que insuficientes para o pagamento integral dos dividendos prioritários, serão distribuídos proporcionalmente entre as ações preferenciais classe A e classe B.

*Parágrafo 6º.* As ações preferenciais nominativas **classe A**, sem valor nominal, de emissão da Companhia conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens:

(i) Direito de voto. Cada ação preferencial classe A conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia, convocada, instalada e realizada nos termos deste Estatuto Social;

(ii) Proventos. A totalidade das ações preferenciais classe A conferirá aos seus titulares o direito ao recebimento de um dividendo anual fixo, prioritário e cumulativo calculado de acordo com a fórmula a seguir ("Dividendo Prioritário Classe A"):

$$\text{Dividendo Prioritário Classe A} = 0,02 \times (V_i + V_a)$$

Onde:

$V_i$  Valor total dos aportes realizados pelos Acionistas Ingressantes (conforme definido no Acordo de Acionistas da Companhia) para investimento indireto na Companhia, i.e., R\$ 28.180.000,00 (vinte e oito milhões, cento e oitenta mil reais).

$V_a$  Somatório (a) do valor total dos aportes adicionais a serem realizados futuramente pelos Acionistas Ingressantes na Companhia, conforme o caso; e (b) do valor total adicional pago pelos Acionistas Ingressantes em eventual aquisição futura de Ações detidas pelos Acionistas Originais (conforme definido no Acordo de Acionistas da Companhia).

a. O Dividendo Prioritário Classe A será declarado e pago à conta dos lucros do exercício ou dos lucros acumulados da Companhia, ou ainda, caso estas não sejam suficientes em determinado exercício social, à conta de reservas de capital. Salvo na hipótese prevista na alínea "b" abaixo, o Dividendo Prioritário Classe A será declarado até o dia 20 de janeiro de cada exercício, com base em balanço patrimonial da Companhia levantado no dia 31 de dezembro do exercício social imediatamente anterior ao exercício social da respectiva declaração do Dividendo Prioritário Classe A, devendo o pagamento do valor total correspondente ser realizado em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimento no último Dia Útil de cada mês, caso a Companhia possua disponibilidade de caixa para realização dos pagamentos dessa forma. Alternativamente, caso a Companhia não possua disponibilidade de caixa para realização dos pagamentos da forma descrita anteriormente, o montante total declarado deverá ser pago em 4 (quatro) parcelas trimestrais de igual valor, com vencimento no último Dia Útil de cada trimestre do exercício social em questão.

b. Exceto se de outra forma acordado entre os acionistas por escrito com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência e observado o disposto no item



(iii) abaixo (Conversibilidade de Ações preferenciais Classe A), a partir de 31 de dezembro de 2026, as ações preferenciais classe A deixarão automaticamente de conferir aos seus titulares o direito ao recebimento do Dividendo Prioritário Classe A, de forma que as ações preferenciais classe A passarão a conferir o direito a receber, em igualdade de condições com as ações ordinárias, parcela do lucro líquido ajustado do exercício que for declarada como dividendo e/ou juros sobre capital próprio, sem prejuízo do disposto no Acordo de Acionistas da Companhia a esse respeito.

c. As ações preferenciais classe A participarão em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações da parcela do lucro líquido ajustado do exercício social que for declarada como dividendo e/ou juros sobre capital próprio, após o pagamento do Dividendo Prioritário Classe A, nos termos deste item “ii”.

(iii) Conversibilidade. As ações preferenciais classe A serão conversíveis em ações ordinárias mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez, ou na hipótese prevista na alínea “c” do item “ii” acima, nos termos do Parágrafo 7º abaixo. Para fins desse Artigo 5º, o termo “Evento de Liquidez” significa qualquer ato ou negócio jurídico envolvendo (i) a transferência, direta ou indireta, de controle da Companhia a um terceiro; ou (ii) a abertura do capital da Companhia em bolsa de valores mediante oferta pública inicial (IPO) de Ações.

(iv) Participação em Aumentos de Capital. As ações preferenciais classe A participarão, em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações, nos aumentos de capital da Companhia com capitalização de lucros ou reservas.

(v) Reembolso. As ações preferenciais classe A participarão em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações no reembolso do capital.

(vi) Resgate. As ações preferenciais classe A são irresgatáveis.

*Parágrafo 7º.* As ações preferenciais classe A serão conversíveis em ações ordinárias quando da realização de um Evento de Liquidez para transferência a terceiro adquirente ou, na hipótese prevista na alínea “c” do item “ii” do Parágrafo 6º acima, a partir de 31 de dezembro de 2026, caso os acionistas não acordem, por escrito, em estender o período para o recebimento pelos acionistas detentores de ações preferenciais do Dividendo Prioritário Classe A, nos termos descritos acima, mediante solicitação do acionista detentor de ações preferenciais classe A ao Conselho de



Administração da Companhia, que deverá tomar todas as medidas e providências necessárias para a convocação de uma assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais classe A e de uma assembleia geral da Companhia para deliberar a respeito da conversão das ações preferenciais classe A em ações ordinárias, observado o seguinte:

(i) a conversão das ações preferenciais classe A em ações ordinárias nos termos deste Artigo acima deverá, obrigatoriamente (1) abranger a totalidade, e não menos do que a totalidade das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia e; (2) observar a proporção correspondente a 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial convertida; e

(ii) os acionistas ficam, desde logo, obrigados a comparecer e votar favoravelmente, tanto na assembleia geral como na assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais classe A, se for o caso, à conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, nos termos deste Artigo 5º e da alínea “i” acima. Dessa forma, os acionistas reconhecem e concordam, desde já, que o voto favorável na assembleia geral e na assembleia especial a serem realizadas para conversão das ações preferenciais classe A em ações ordinárias nos termos deste Artigo 5º e da alínea “i” acima estão desde logo vinculados.

*Parágrafo 8º.* As ações preferenciais nominativas **classe B**, sem valor nominal, de emissão da Companhia conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens:

(i) **Direito de voto.** Cada ação preferencial classe B conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia, convocada, instalada e realizada nos termos deste Estatuto Social;

(ii) **Proventos.** As ações preferenciais classe B conferirão aos seus titulares o direito ao recebimento de um dividendo anual fixo, prioritário e cumulativo calculado de acordo com a fórmula a seguir (“**Dividendo Prioritário Classe B**”):

$$\text{Dividendo Prioritário Classe B} = (\text{DPCA} \times \text{PiAO}) / (1 - \text{PtAO})$$

**Onde:**

DPCA = Valor total do Dividendo Prioritário Classe A, calculado com base na fórmula prevista no Parágrafo 6º, item (ii), deste Artigo 5º.

PiAO = Participação total, incluindo ações ordinárias e preferenciais, detida pelo Acionista Original individualmente.

PtAO = Participação total, incluindo ações ordinárias e preferenciais, detida pelos Acionistas Originais em conjunto.

a. O Dividendo Prioritário Classe B será declarado e pago à conta dos lucros do exercício ou dos lucros acumulados da Companhia, ou ainda, caso estas não sejam suficientes em determinado exercício social, à conta de reservas de capital. Salvo na hipótese prevista na alínea “b” abaixo, o Dividendo Prioritário Classe B será declarado até o dia 20 de janeiro de cada exercício, com base em balanço patrimonial da Companhia levantado no dia 31 de dezembro do exercício social imediatamente anterior ao exercício social da respectiva declaração do Dividendo Prioritário Classe B, devendo o pagamento do valor total correspondente ser realizado em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimento no último Dia Útil de cada mês, caso a Companhia possua disponibilidade de caixa para realização dos pagamentos dessa forma. Alternativamente, caso a Companhia não possua disponibilidade de caixa para realização dos pagamentos da forma descrita anteriormente, o montante total declarado deverá ser pago em 4 (quatro) parcelas trimestrais de igual valor, com vencimento no último Dia Útil de cada trimestre do exercício social em questão.

b. Exceto se de outra forma acordado entre os acionistas por escrito com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência e observado o disposto no item (iii) abaixo (Conversibilidade de Ações preferenciais Classe B), a partir de 31 de dezembro de 2026, as ações preferenciais classe B deixarão automaticamente de conferir aos seus titulares o direito ao recebimento do Dividendo Prioritário Classe B, de forma que as ações preferenciais classe B passarão a conferir o direito a receber, em igualdade de condições com as ações ordinárias, parcela do lucro líquido ajustado do exercício que for declarada como dividendo e/ou juros sobre capital próprio, sem prejuízo do disposto no Acordo de Acionistas da Companhia a esse respeito.

c. As ações preferenciais classe B participarão em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações da parcela do lucro líquido ajustado do exercício social que for declarada como dividendo e/ou juros sobre capital próprio, após o pagamento do Dividendo Prioritário Classe B, nos termos deste item “ii”.

(iii) Conversibilidade. As ações preferenciais classe B serão conversíveis em ações ordinárias mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez, ou na hipótese prevista na alínea “c” do item “ii” acima, nos termos do Parágrafo 9º abaixo.



(iv) Participação em Aumentos de Capital. As ações preferenciais classe B participarão, em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações, nos aumentos de capital da Companhia com capitalização de lucros ou reservas.

(v) Reembolso. As ações preferenciais classe B participarão em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações no reembolso do capital.

(vi) Resgate. As ações preferenciais classe B são irresgatáveis.

*Parágrafo 9º.* As ações preferenciais classe B serão conversíveis em ações ordinárias quando da realização de um Evento de Liquidez para transferência ao terceiro adquirente ou a partir de 31 de dezembro de 2026, caso os acionistas não acordem, por escrito, em estender o período para o recebimento pelos acionistas detentores de ações preferenciais do Dividendo Prioritário, nos termos descritos acima, mediante solicitação do acionista detentor de ações preferenciais classe B ao Conselho de Administração da Companhia, que deverá tomar todas as medidas e providências necessárias para a convocação de uma assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais classe B e de uma assembleia geral da Companhia para deliberar a respeito da conversão das ações preferenciais classe B em ações ordinárias, observado o seguinte:

(i) a conversão das ações preferenciais classe B em ações ordinárias nos termos deste Artigo acima deverá, obrigatoriamente (1) abranger a totalidade, e não menos do que a totalidade das ações preferenciais classe B de emissão da Companhia e; (2) observar a proporção correspondente a 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial convertida; e

(ii) os acionistas ficam, desde logo, obrigados a comparecer e votar favoravelmente, tanto na assembleia geral como na assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais classe B, se for o caso, à conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, nos termos deste Artigo 5º e da alínea “i” acima. Dessa forma, os acionistas reconhecem e concordam, desde já, que o voto favorável na assembleia geral e na assembleia especial a serem realizadas para conversão das ações preferenciais classe B em ações ordinárias nos termos deste Artigo 5º e da alínea “i” acima estão desde logo vinculados.

*Parágrafo 10.* Observadas as seguintes condições, os acionistas representando, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das ações com direito a voto da Companhia poderão aprovar



a conversão de ações de uma classe em ações de outra e em ações ordinárias, e destas em preferenciais, nos termos do artigo 19 da Lei das S.A.: (i) a proposta de conversão deverá ser submetida em assembleia geral especificamente convocada para tal finalidade ou pelo Conselho de Administração; (ii) deverá ser realizado rateio entre os acionistas interessados detentores da classe de ações sujeita à possibilidade de conversão; (iii) a conversão deverá ser realizada na proporção da participação acionária dos acionistas que manifestarem interesse, dentro dos limites estabelecidos na proposta de conversão submetida à deliberação pelos acionistas e no artigo 15 da Lei das S.A.; (iv) as ações a serem convertidas deverão estar totalmente integralizadas.

**Artigo 6º.** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia, convocada, instalada e realizada nos termos deste Estatuto Social.

**Artigo 7º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia.

### CAPÍTULO III

#### ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

**Artigo 8º.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável demandarem deliberação dos acionistas.

**Artigo 10.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede da Companhia. Qualquer acionista da Companhia poderá participar das Assembleias Gerais pessoalmente, por video-conferência ou por conferência telefônica. Ainda que a Assembleia Geral ocorra por video-conferência ou por conferência telefônica, a respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os acionistas que participaram da Assembleia Geral e arquivada na sede da Companhia.

**Artigo 11.** As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de



Administração, pelo Presidente ou por qualquer de seus membros.

*Parágrafo 1º.* A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal, quando instalado, nas hipóteses constantes do parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

*Parágrafo 2º.* As Assembleias Gerais serão convocadas, em primeira convocação, com 8 (oito) dias de antecedência e, em segunda convocação, caso exigido, com 5 (cinco) dias de antecedência.

**Artigo 12.** Exceto nos casos em que a Lei das Sociedades por Ações ou o presente Estatuto Social exija quórum de instalação superior, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos, a maioria do capital social total e votante da Companhia, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas.

*Parágrafo Único.* As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração. No caso da ausência do Presidente do Conselho de Administração, este deverá ser substituído por um acionista eleito pela maioria dos acionistas presentes. O secretário da Assembleia Geral será indicado pelo Presidente dentre os acionistas presentes na reunião.

**Artigo 13.** Exceto quando exigido de maneira diversa pela Lei das Sociedades por Ações ou pelo presente Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria dos acionistas presentes. Os votos em branco e as abstenções não serão computados.

**Artigo 14.** Sem prejuízo das matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações, cabe à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) aumento ou redução do capital social da Companhia;
- (b) recompra, amortização, conversão, grupamento, reembolso ou resgate de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (c) emissão de debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros valores mobiliários conversíveis em participação no capital social da Companhia;

- (d) abertura de capital da Companhia e/ou sua listagem em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado;
- (e) realização de qualquer operação de reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo, sem limitação, fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão, *drop down* de ativos, transformação do tipo societário ou cessão de estabelecimento comercial;
- (f) participação em qualquer outra Pessoa jurídica, consórcios ou grupo de sociedades;
- (g) fixação da remuneração global dos administradores e empregados da Companhia, e aprovação de programas de bonificação, programas de participação em resultados e programas de incentivo, exceto se previstos no Orçamento Anual;
- (h) fixação do número de membros que deverão compor o Conselho de Administração para cada mandato unificado ou sua alteração durante a vigência de um mandato;
- (i) destinação do lucro líquido do exercício e a declaração e/ou pagamento de dividendos, de acordo com a proposta apresentada pela administração, observado o disposto no Artigo 28 abaixo, ou qualquer outra forma de distribuição de lucros ou recursos pela Companhia, incluindo juros sobre o capital próprio;
- (j) celebração ou participação, a qualquer título, pela Companhia, de qualquer transação cuja natureza seja diferente dos procedimentos e negócios usualmente praticados pela Companhia;
- (k) criação de ações preferenciais ou de nova classe ou espécie de ações da Companhia, ou modificação dos direitos e prerrogativas a elas atribuídas;
- (l) alteração do Estatuto Social da Companhia, caso referida alteração (i) implique alteração do objeto social da Companhia; (ii) implique alteração do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (iii) seja contrária, limitadora, inconsistente ou incompatível com as previsões do Acordo de Acionistas ou com os direitos a ele relacionados;



- (m) a eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando aplicável;
- (n) tomar e deliberar, anualmente, sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia; e
- (o) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, bem como a dissolução e a liquidação da Companhia, bem como a indicação da forma de liquidação e dos liquidantes.

#### **CAPÍTULO IV** **ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 15.** A administração da Companhia compete a um Conselho de Administração e a uma Diretoria.

*Parágrafo 1º.* Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados nos livros societários competentes e permanecerão em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções.

*Parágrafo 2º.* A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. Competirá ao Conselho de Administração deliberar acerca da distribuição da remuneração global dos administradores entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

#### **SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 16.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros ("Conselheiros"), residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

*Parágrafo 1º.* O Conselho de Administração terá um Presidente, o qual deverá ser escolhido pela Assembleia Geral.

*Parágrafo 2º.* Na hipótese de vacância permanente de qualquer dos cargos de membro

do Conselho de Administração, um novo Conselheiro deverá ser eleito pela Assembleia Geral. Para os fins deste Artigo, ocorrerá a vacância permanente de um cargo de membro do Conselho de Administração quando da destituição, renúncia, morte ou invalidez.

*Parágrafo 3º.* Em caso de vacância temporária de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, o Conselheiro ausente indicará seu substituto dentre os membros do Conselho de Administração para que o represente na reunião em que não comparecerá, através de notificação escrita ao Presidente do Conselho de Administração.

***Artigo 17. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que houver necessidade. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da reunião, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia.***

*Parágrafo 1º.* As reuniões do Conselho de Administração ocorrerão na sede da Companhia. Qualquer Conselheiro poderá participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo-conferência ou conferência telefônica. Se a reunião ocorrer por vídeo-conferência ou por conferência telefônica, o voto proferido pelo Conselheiro que participar remotamente da reunião do Conselho de Administração deverá ser enviado por escrito e entregue por carta registrada, *courier*, em mãos ou enviados por *e-mail*, para o devido registro e arquivamento na Companhia, devendo a respectiva ata ser posteriormente assinada por todos os Conselheiros que participaram da reunião e arquivada na sede da Companhia.

*Parágrafo 2º.* As reuniões do Conselho de Administração serão consideradas regularmente instaladas somente com a presença da maioria de seus membros.

*Parágrafo 3º.* Será dispensada a convocação por escrito sempre que comparecerem à reunião todos os membros do Conselho de Administração.

*Parágrafo 4º.* Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração.

*Parágrafo 5º.* As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo

Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

*Parágrafo 6º.* Exceto se de outra forma prevista neste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto favorável da maioria dos membros eleitos.

*Parágrafo 7º.* As deliberações do Conselho de Administração deverão ser registradas em atas e lavradas no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos deverão ser registrados na Junta Comercial e publicados.

**Artigo 18.** Sem prejuízo das matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração a aprovação das seguintes matérias:

- (a) aprovação do plano anual de negócios da Companhia e do orçamento anual de investimento e operações da Companhia ("Orçamento Anual") e qualquer modificação que represente variação, positiva ou negativa, superior a 10% (dez por cento) no Orçamento Anual aprovado e em vigor;
- (b) escolha, indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (c) ***toda e qualquer aquisição ou locação de ativos, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social,*** represente uma variação a maior de, no mínimo, 10% (dez por cento) do previsto no Orçamento Anual para operações da mesma natureza;
- (d) aumento do Endividamento da Companhia em montante que exceda o valor previsto no Orçamento Anual em vigor em pelo menos 10% (dez por cento) ou contratação de qualquer Endividamento cujo custo correspondente exceda a variação do CDI, acrescida de 3% (três por cento) ao ano, incluindo eventuais taxas e comissões;
- (e) prestação de garantias a terceiros, exceto nos casos de prestação de garantias a quaisquer sociedades Controladas pela Companhia;

(f) celebração de quaisquer acordos relacionados a parcerias estratégicas, *joint ventures* ou associações similares;

(g) qualquer empréstimo, adiantamento ou extensão de crédito para terceiros feitos pela Companhia e/ou por sociedades Controladas, exceto se previsto no Orçamento Anual;

(h) oneração de quaisquer ativos fixos da Companhia e/ou de suas sociedades Controladas, em valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), considerado o valor de operações individuais ou de mais de uma operação da mesma natureza inter-relacionadas e contratadas em um mesmo exercício social, exceto se previsto no Orçamento Anual;

(i) alienação de quaisquer ativos fixos da Companhia em valor superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), considerado o valor de operações individuais ou de mais de uma operação da mesma natureza inter-relacionadas contratadas em um mesmo exercício social;

(j) aprovação de despesas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que excedam em, no mínimo, 5% (cinco por cento) o montante aprovado no Orçamento Anual;

(k) realização de qualquer negócio com Acionistas, diretores, empregados ou quaisquer outras Partes Relacionadas e/ou Afiliadas, exceto com sociedades Controladas pela Companhia;

(l) início, defesa ou resolução de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral com potencial para impactar de forma relevante as atividades ou as operações da Companhia, ou cujo valor envolvido seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais);

(m) qualquer alteração nas práticas de contabilidade, no regime de tributação, na política fiscal e trabalhista da Companhia, bem como nas práticas de contabilização e apuração das demonstrações financeiras da Companhia, que implique em efeitos fiscais no Brasil ou em qualquer país a cuja legislação a Companhia esteja sujeita, exceto se exigido pelo BR GAAP;

(n) aprovação e alteração dos termos e condições específicos, bem como outorgas de opções, do plano de opção de compra de ações (*Stock Option Plan*) da Companhia;

(o) criação dos Comitês e aprovação dos respectivos regulamentos, ou de qualquer outro instrumento organizacional da Companhia;

(p) celebração de qualquer negócio, contrato, acordo ou a assunção de qualquer compromisso que envolva obrigações de não concorrência ou de exclusividade assumidos pela Companhia;

(q) aprovação de aumento do capital social da Companhia dentro do limite do seu capital autorizado; e

(r) aprovação do exercício de voto da Companhia ou dos administradores eleitos pela Companhia em assembleias de acionistas, reuniões de sócio ou, conforme o caso, reuniões de conselho de administração e/ou diretoria de sociedades Controladas pela Companhia ou nas quais a Companhia detenha participação societária, com relação a qualquer das matérias listadas neste Artigo e no Artigo 14 deste Estatuto Social.

#### COMITÊS DE ASSESSORIA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 19.** Poderão ser instalados os comitês fiscal, de auditoria, de expansão, de exportação e de remuneração ("Comitês"), que auxiliarão o Conselho de Administração no estudo e na preparação das matérias designadas a cada comitê, permanecendo o Conselho de Administração com a prerrogativa de deliberar a respeito de referidas matérias. Os Comitês serão compostos por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

*Parágrafo Único.* O funcionamento dos comitês de assessoria será regido pelo Conselho de Administração, observados seus respectivos regulamentos internos e as disposições deste Estatuto Social.

**Artigo 20.** Não obstante quaisquer disposições em contrário contidas neste Estatuto Social, as recomendações fornecidas pelos comitês de assessoria não vincularão o Conselho de Administração.

#### SEÇÃO II - DIRETORIA

**Artigo 21.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo e

Financeiro, 1 (um) Diretor Técnico e 1 (um) Diretor sem designação específica, todos residentes e domiciliados no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

**Artigo 22.** Os Diretores terão plenos poderes para praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração e gestão da Companhia, observados os limites estabelecidos pela legislação aplicável e as disposições deste Estatuto Social, incluindo, mas não se limitando, às matérias sujeitas à aprovação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

*Parágrafo 1º.* O Diretor Presidente terá poderes específicos para dirigir as atividades da Companhia, coordenar as atividades dos demais Diretores e:

- (a) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e gerir os negócios da Companhia;
- (b) convocar e presidir as Reuniões da Diretoria;
- (c) manter os membros da Diretoria informados sobre as atividades e operações da Companhia;
- (d) supervisionar e coordenar as políticas internas da Companhia, de acordo com as orientações do Conselho de Administração; e
- (e) realizar outras atividades indicadas pelo Conselho de Administração.

*Parágrafo 2º.* O Diretor Administrativo e Financeiro deverá:

- (a) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia;
- (b) gerir as finanças consolidadas da Companhia;
- (c) propor as metas para o desempenho, os resultados e o orçamento das diversas áreas da Companhia;



(d) revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia;

(e) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia;

(f) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia; e

(g) realizar outras atividades indicadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

*Parágrafo 3º. O Diretor Técnico deverá:*

(a) responsabilizar-se pelos projetos de desenvolvimento de produtos, definir e acompanhar os cronogramas dos projetos e coordenar e supervisionar o desenvolvimento dos projetos;

(b) planejar, definir e coordenar as atividades da área técnica da Companhia;

(c) assessorar o Conselho de Administração nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas;

(d) planejar, sugerir, definir e coordenar as melhorias e novos procedimentos a serem incorporados às atividades da Companhia;

(e) sugerir e acompanhar o desenvolvimento de novos produtos pela Companhia.

*Parágrafo 4º. O Diretor sem designação específica terá as atribuições que lhe foram dadas pelo Conselho de Administração.*

*Parágrafo 5º. Na hipótese de vacância temporária de qualquer cargo da Diretoria ou caso qualquer membro da Diretoria esteja temporariamente ausente, suas atribuições serão temporária e cumulativamente realizadas por outro Diretor indicado pelo Diretor ausente.*

*Parágrafo 6º. Ocorrendo ausência permanente de qualquer membro da Diretoria,*

competete à Diretoria indicar, como colegiado, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

**Artigo 23.** As reuniões da Diretoria serão consideradas regularmente instaladas somente com a presença da maioria de seus membros. As deliberações da Diretoria serão tomadas por voto afirmativo da maioria de seus membros, sendo certo que os votos em branco e as abstenções não serão computados.

*Parágrafo 1º.* As reuniões da Diretoria serão convocadas, mediante comunicação por escrito enviada por qualquer Diretor, com 5 (cinco) dias de antecedência da reunião, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia.

*Parágrafo 2º.* As decisões serão registradas em atas e lavradas no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria.

**Artigo 24.** A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, caberá aos Diretores. Quaisquer atos que obriguem a Companhia deverão ser assinados por:

- (a) 2 (dois) Diretores da Companhia em conjunto, sendo 1 (um) deles, necessariamente, o Diretor Administrativo e Financeiro, ou
- (b) por 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos para a prática do ato.

*Parágrafo 1º.* Poderá, ainda, a Companhia ser representada validamente por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, devidamente constituídos em instrumentos de mandato na forma do parágrafo 2º abaixo, agindo em conjunto, nas situações abaixo:

- (a) representação perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, em assuntos de rotina, inclusive para fins judiciais;

(b) representação perante a Justiça do Trabalho e sindicatos;

(c) atos de admissão, suspensão ou demissão de empregados e representação da Companhia em acordos trabalhistas; e

(d) assinatura de correspondências sobre assuntos rotineiros.

*Parágrafo 2º.* As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores agindo em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Administrativo e Financeiro, e deverá especificar os poderes outorgados e, com exceção àquelas para fins judiciais, serão válidas por, no máximo, 1 (um) ano.

### CONSELHO FISCAL

**Artigo 25.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

**Artigo 26.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

*Parágrafo Único.* A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger.

### EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

**Artigo 27.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

**Artigo 28.** O Conselho de Administração submeterá à Assembleia Geral Ordinária uma proposta de destinação do lucro líquido apurado no ano, observadas as seguintes disposições:

(a) do lucro líquido da Companhia, serão absorvidos os prejuízos acumulados ou apurados pela Companhia, se houver;



(b) uma parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia;

(c) o saldo restante, após a alocação mencionada no item (b) acima, será utilizado para o pagamento dos dividendos fixos prioritários relacionados às ações preferenciais emitidas pela Companhia, nos termos definidos neste Estatuto Social;

(d) a parcela correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com base nas deduções previstas nos itens (a), (b) e (c) acima, será obrigatoriamente destinada à conta de reserva de lucros da Companhia;

(e) a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com base nas deduções previstas nos itens (a), (b), (c) e (d) acima e no acréscimo das importâncias decorrentes da eventual reversão da reserva para contingências formada em exercícios anteriores, será obrigatoriamente distribuída aos acionistas, a título de pagamento de dividendo mínimo obrigatório;

(f) o saldo remanescente do lucro líquido, após as destinações acima, poderá ser total ou parcialmente retido para a execução de orçamento de capital da Companhia, aprovado em Assembleia Geral da Companhia, de acordo com as disposições deste Estatuto Social; e

(g) o saldo remanescente do lucro líquido, caso existente, terá a destinação que lhe for conferida pela Assembleia Geral da Companhia.

*Parágrafo Único.* A distribuição de dividendos prevista neste Artigo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

**Artigo 29.** De acordo com os termos da legislação aplicável, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, mediante deliberação da Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

**Artigo 30.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários ou balancetes para períodos mais curtos e poderá declarar, mediante deliberação do Conselho de Administração:



(a) o pagamento de dividendos intermediários ou os juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados no balanço intermediário;

(b) o pagamento de dividendos por período inferior a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, desde que o total de dividendos pagos a cada período de 6 (seis) meses do exercício social não seja superior ao valor das reservas de capital previstas no parágrafo 1º, do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações; e

(c) o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio com receitas retidas ou reservas de lucros registradas no balanço mais recente do ano ou referente a período de 6 (seis) meses.

**Artigo 31.** A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a capitalização de reservas de lucros ou de capital, incluindo as registradas em balanços intermediários, de acordo com a legislação aplicável.

**Artigo 32.** Quaisquer dividendos não recebidos ou reclamados expirarão dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que tais dividendos foram colocados à disposição do acionista, e serão revertidos à Companhia.

### LIQUIDAÇÃO

**Artigo 33.** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante.

### ACORDOS DE ACIONISTAS

**Artigo 34.** A Companhia cumprirá todas e quaisquer disposições previstas nos acordos de acionistas arquivados em sua sede.

*Parágrafo Único.* A Companhia não irá registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação de qualquer acionista, Conselheiro ou Diretor, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições de tais acordos de acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos acionistas sob tais acordos.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 35.** As partes, neste ato, se comprometem a envidar seus melhores esforços para solucionar qualquer Conflito decorrente deste Estatuto Social, por meio de negociações baseadas na boa-fé. Se, após 30 (trinta) dias do recebimento por qualquer parte de uma notificação enviada por qualquer outra parte para tal efeito, as partes não acordarem mutuamente uma solução, o Conflito deverá ser resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp ("Câmara").

*Parágrafo 1º.* A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento do protocolo do requerimento da arbitragem ("Regulamento de Arbitragem"), de acordo com o disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme venha a ser alterada ("Lei de Arbitragem") e com o estipulado a seguir neste Acordo.

*Parágrafo 2º.* A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros ("Tribunal Arbitral"). Cada parte envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes envolvidas dentro do prazo a ser fixado pela Câmara.

*Parágrafo 3º.* Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara, de acordo com o Regulamento de Arbitragem.

*Parágrafo 4º.* A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades.

*Parágrafo 5º.* A arbitragem será realizada em língua portuguesa.

*Parágrafo 6º.* A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, estando vedada a utilização da equidade.

*Parágrafo 7º.* A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, contados da

apresentação das alegações iniciais das partes envolvidas ao Tribunal Arbitral, prazo que poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

*Parágrafo 8º.* A arbitragem será sigilosa e conduzida em caráter confidencial.

*Parágrafo 9º.* O Tribunal Arbitral alocará entre as partes envolvidas no Conflito, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus respectivos advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens.

*Parágrafo 10.* As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas partes envolvidas e seus sucessores a qualquer título, não cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem. O Tribunal Arbitral fica autorizado a proferir sentenças parciais caso entenda necessário.

*Parágrafo 11.* Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das partes envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares de urgência, sendo certo que o eventual requerimento de medida de urgência ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida de urgência deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22, § 4º, da Lei de Arbitragem. O Tribunal Arbitral poderá manter, modificar ou revogar medidas de urgência anteriormente requeridas ao Poder Judiciário.

*Parágrafo 12.* Para (i) o requerimento de medidas de urgência antes da instalação do Tribunal Arbitral, (ii) execução das decisões da arbitragem, (iii) eventual ação

anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem e (iv) os Conflitos que por força da lei brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

*Parágrafo 13.* O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com este Acordo, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para reunião de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes fatores: (i) a nova disputa possua questões de fato ou de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente sejam prejudicadas; e (iii) a consolidação na circunstância não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um tribunal arbitral será vinculante às partes envolvidas nos procedimentos em questão.

**Artigo 36.** Para os fins deste Estatuto Social, os termos a seguir terão os seguintes significados:

(a) “Afiliada” significa, com relação a qualquer das Partes, qualquer Pessoa que, direta ou indiretamente, Controle ou seja Controlada por, ou esteja sob Controle comum com referida Parte, ou, exclusivamente em relação a uma Pessoa física, seu cônjuge, companheiro em união estável, ascendente(s), descendente(s) até o 2º (segundo) grau, herdeiros, cônjuge sobrevivente e sucessores de qualquer natureza.

(b) “BR GAAP” significa os princípios, normas e legislação contábeis geralmente aceitos (*Generally Accepted Accounting Principles*) no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, normas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como as deliberações do Conselho Federal de Contabilidade, conforme aplicáveis.

(c) “CDI” significa a taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (extra-grupo), de prazo igual a 1 (um) dia útil, apurada pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos e divulgada pela Resenha Diária da Associação Nacional do Mercado Aberto – ANDIMA, no item “Taxa Média de Financiamento”, no quadro “CETIP-DI-EXTRA”, a ser calculada *pro rata temporis*,



considerando-se para tanto um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ou, em caso de sua extinção ou indisponibilidade temporária, outra taxa de referência do Sistema Financeiro Nacional que venha a substituí-la, conforme acordado por escrito entre as Partes.

(d) “Controle” (inclusive os termos com significado correlato, tais como Controladora, Controlada por e sob Controle comum com), quando empregado em relação a uma Pessoa, significa a titularidade direta ou indireta de direitos, de sócio ou decorrentes de qualquer acordo, que assegurem (i) preponderância nas deliberações em quaisquer assembleias gerais da Pessoa em questão; e (ii) o poder de eleger ou indicar a maioria dos conselheiros e diretores da Pessoa em questão.

(e) “Conflito” significa qualquer controvérsia, conflito, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza oriundo ou relacionado direta ou indiretamente a este Estatuto Social.

(f) “Endividamento” significa, em relação a uma Pessoa: (i) todas as dívidas de longo e curto prazo, vencidas e não pagas com fornecedores; (ii) todas as dívidas repactuadas; (iii) todos os valores devidos a empregados e prestadores de serviços que não tenham sido pagos no prazo originalmente avençado; (iv) todos os empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo celebrados com instituições financeiras ou com qualquer outro Terceiro; (v) todos os valores vencidos, parcelados ou não, devidos e não pagos a órgãos de arrecadação de tributos e contribuições, sejam eles federais, estaduais ou municipais; (vi) todas as contas a pagar em atraso; (vii) todas as contas a receber antecipadas; (viii) todas e quaisquer operações de *leasing* operacional e/ou financeiro contratados e em vigor; (ix) todos e quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio, outras vantagens pecuniárias, pagamentos e/ou qualquer outra forma de distribuição de lucros, ou recursos em dinheiro ou em espécie declarados e não pagos; (x) todos e quaisquer valores relativos a juros incidentes, assim como as multas incorridas e ainda não incorporadas ao valor do principal; e (xi) o valor correspondente a garantias prestadas pela Pessoa em questão em favor de qualquer Terceiro ou Parte Relacionada.

(g) “Parte Relacionada” significa, com relação a uma Pessoa natural ou jurídica, qualquer de suas Afiliadas e, ainda, conforme aplicável, (a) os ascendentes e descendentes, o cônjuge, o companheiro em união estável e colaterais até o 2º grau, (b) Pessoas jurídicas da qual a referida Pessoa participe com 10% (dez por cento) ou

mais do respectivo capital total, e (c) empregado, gerente, administrador, consultor ou similar das Afiliadas e demais Pessoas aqui previstas.

A blue square stamp with the letters "DS" in the top right corner and a stylized signature "R" in the center.

(h) “Pessoa” qualquer pessoa física, jurídica ou entidade não personificada, incluindo, mas sem limitação, sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, sociedade em conta de participação, consórcio, parceria, associação, joint venture, fundos de investimento e universalidade de direitos.

A blue square stamp with the letters "DS" in the top right corner and a stylized signature "AU" in the center.



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAQUIRA INDUSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
30084921854	ANDRE MIRANDA PIMENTA
35761672855	THOMAS GONCALVES PINTO



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/02/2021 17:29 SOB Nº 20210595612.  
PROTOCOLO: 210595612 DE 29/01/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12101341243. CNPJ DA SEDE: 05823205000190.  
NIRE: 41300294526. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/02/2021.  
MAQUIRA INDUSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)